

# O médico, o paciente, o medicamento e a sua prescrição

ARMANDO BRITO DE SÁ\*

O medicamento é uma tecnologia muito sofisticada. Este facto, aparentemente evidente, tende a ser esquecido dado a prescrição de medicamentos constituir um dos actos mais comuns e frequentes da prática clínica. A banalização da prescrição apresenta múltiplas consequências: (i) o acto de prescrever é visto com alguma indiferença pela sociedade, por oposição ao uso de tecnologia invasiva, cada vez mais valorizada; (ii) o medicamento é considerado como um dado adquirido e (iii) os seus riscos tendem a ser desvalorizados ou ignorados. Por outro lado existe uma assimetria marcada entre o peso das instituições independentes e da indústria no fornecimento de informação para efeitos de desenvolvimento profissional contínuo.<sup>1</sup>

Neste número da Revista são abordados diversos aspectos da maior importância em torno da prescrição de medicamentos e do processo de modulação dessa mesma prescrição. Dois trabalhos concentram-se no papel da indústria farmacêutica: o de Armando de Medeiros, caracterizando a intervenção dos delegados de informação médica;<sup>2</sup> e o de Ana Macedo e colaboradores, que analisa o impacto dos nomes comerciais das substâncias que utilizamos na escolha dessas mesmas substâncias.<sup>3</sup> Ambos confirmam que o *marketing* da indústria farmacêutica apresenta um elevado grau de sofisticação, com resultados mensuráveis e nem sempre os mais desejáveis.<sup>4</sup> O relacionamento entre indústria farmacêutica, profissio-

nais de saúde e população utilizadora constitui uma das áreas mais dinâmicas no conjunto da prestação de cuidados, obrigando à necessidade de diálogo e escrutínio constantes no sentido de se maximizar o impacto positivo das intervenções terapêuticas, ao mesmo tempo que se evitam desvios técnicos e éticos da boa prática, tanto na clínica como na investigação.<sup>5,6</sup>

Dois outros estudos debruçam-se sobre a utilização de psicofármacos: a Rede Médicos Sentinela fornece dados actualizados sobre a sua prescrição<sup>7</sup> e Manuel Sousa tenta relacionar características demográficas e familiares dos pacientes com a utilização deste tipo de medicamentos.<sup>8</sup> Em ambas as situações é possível depreender da intensa utilização deste tipo de fármacos entre nós, em concordância com a informação publicada. Devemos reflectir sobre se estará a ser feito tudo o que é possível do ponto de vista social em termos de suporte pessoal e familiar a quem necessita ou se, pelo contrário, a sociedade não estará cada vez mais a buscar num qualquer comprimido milagroso a resposta para as suas ansiedades e desconfortos existenciais.

Desde a sua introdução no mercado que a quota de genéricos tem vindo a crescer.<sup>9</sup> São excelentes notícias para um país em que a necessidade de contenção na despesa toma carácter de urgência, constituindo uma aproximação ao que de melhor se faz em países com sistemas mais desenvolvidos. O estudo de Maria João Figueiras e colaboradores chama a atenção para o facto de ha-

\*Médico de família na USF  
Rodrigues Miguéis, Lisboa.  
Professor Auxiliar Convidado da  
Faculdade de Medicina de Lisboa.

ver uma franja relevante da população cujas crenças no tocante à prescrição de genéricos justificam esclarecimento.<sup>10</sup> Também neste campo há um caminho a percorrer.

Os riscos associados à polimedicação surgem de modo transparente no trabalho de Carmen Monteiro e colaboradores.<sup>11</sup> A exaustividade de análise deste estudo torna-o desde já numa referência essencial que deveria constituir leitura obrigatória não só para quem prescreve como para aqueles que encaram a prescrição, como se disse acima, com a ligeireza atribuída às coisas comuns. Neste estudo reforça-se a ideia de que podem verificar-se resultados muito variáveis e imprevisíveis decorrentes do acto terapêutico de prescrever um fármaco, pelo que a monitorização da prescrição é uma responsabilidade inescapável de qualquer profissional de saúde.

Prescrever, na verdade, é o gesto final no qual converge uma imensidão de factores cognitivos, emocionais, assentes na experiência prévia, modulados pelas características e vivências do paciente, dependentes de factores extrínsecos sociais e económicos. A complexidade do processo de prescrição não poderá nunca ser exagerada. O médico de família, sendo seguramente aquele que mais utiliza esta tecnologia no seu dia a dia, tem de estar muitíssimo bem preparado para lidar com ela de modo eficiente e seguro. O uso de novas tecnologias de informação constitui uma necessidade absoluta neste domínio.<sup>12</sup> Todo o trabalho formativo nesta área será sempre pouco para as necessidades. É preciso reforçá-lo, e já.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Furtado C, Pereira JA. Fontes de informação e prescrição médica na região de Lisboa. *Acta Med Port* 2006 Jul-Ago; 19 (4): 301-8.
2. Medeiros A. A visita do DIM numa consulta de medicina geral e familiar do Centro de Saúde de Faro. *Rev Port Clin Geral* 2007; 23: 53-66.
3. Macedo A, Moital I, Santos MJ, Nunes S, Baños J-E, Farré M. Nomes de fármacos - uma escolha aleatória ou um efeito placebo? *Rev Port Clin Geral* 2007; 23: 57-61.
4. Goossens H, Ferech M, Vander Stichele R, Elseviers M; ESAC Project Group. Outpatient antibiotic use in Europe and association with resistance: a cross-national database study. *Lancet* 2005 Feb 12-18; 365 (9459): 579-87.
5. Comité Permanent des Médecins Européens / European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations. Joint Declaration on the Cooperation between the Medical Profession and the Pharmaceutical Industry. CPME / EFPIA: 2005. Disponível em: URL: <http://www.uemo.org/members/docs/2005/05-043/UEMO%202005-043.pdf> [accedido em 14/02/2007].
6. International Conference on Harmonisation of Technical Requirements for Registration of Pharmaceuticals for Human Use. Guideline for Good Clinical Practice. ICH: 2005. Disponível em: URL: <http://www.ich.org/LOB/media/MEDIA482.pdf> [accedido em 14/02/2007].
7. Falcão IM, Monsanto A, Nunes B, Marau J, Falcão JM. Prescrição de psicofármacos em Medicina Geral e Familiar: um estudo na Rede Médicos-Sentinela. *Rev Port Clin Geral* 2007; 23: 17-30.
8. Sousa M. Perfil dos utilizadores de psicofármacos na Unidade de Saúde Familiar de Canelas. *Rev Port Clin Geral* 2007; 23: 33-42.
9. Observatório Português dos Sistemas de Saúde. Um ano de governação em saúde: sentidos e significados. Coimbra: Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra; 2006. p.131.
10. Figueiras MJ, Marcelino D, Cortes MA. Medicamentos genéricos: crenças de senso comum da população portuguesa. *Rev Port Clin Geral* 2007; 23: 43-51.
11. Monteiro C, Marques FB, Ribeiro CF. Interações medicamentosas como causa de iatrogenia evitável. *Rev Port Clin Geral* 2007; 23: 63-73.
12. Tamblyn R, Huang A, Perreault R, Jacques A, Roy D, Hanley J, et al. The medical office of the 21st century (MOXXI): effectiveness of computerized decision-making support in reducing inappropriate prescribing in primary care. *CMAJ* 2003 Sep 16; 169 (6): 549-56.